

Caderno de Teses Resumo

X Congresso Nacional

PSB



SOCLALISMO:

Paz. Justiça. Igualdade. Humanismo.

Brasília, 19 a 21 de agosto de 2005

Índice

1. TESE: Tese para o X Congresso Nacional do PSB	3
Autor: Dep. Luiza Erundina	
2. TESE: Energia e Responsabilidade	4
Autores: Beto Albuquerque	
3. TESE: Em defesa do financiamento público de campanhas	8
Autor: Alexandre Cardoso	
4. TESE: Vem com a Gente	10
Autores: Leonardo Vianna, Pedro Marcello, Carlos Augusto Vianna, Michael Richard, Jório Neto e Alexandre Oliveira	
5. TESE: Reafirmando-nos Movimento Negro Socialista: Essa é a nossa Tese	13
Autor: Jorge Eumávilvê Santos	
6. TESE: A necessária reforma política	15
Autor: Carlos Valberto B. Orling	
7. TESE: Partido Socialista Brasileiro	18
Autor: Gilmar Mangueira da Silva	
8. TESE: O atual momento	20
Autores: Moisés Silva, Fabrício Moser, Fabio Borges, Isabelli Cola, Zorba Vidal, Rafael Rocha (Salgueiro), Rilden de Albuquerque, Katia Gaivoto, Pedro Paulo Cavalcante, Livio Luna, Danielle Duthervil, Marcione de Oliveira, Leandro Guimarães, Carlos Alexandre Ribeiro, Hermes Gomes Neto, Cleveland Cardoso Júnior, Rita Decot, Cláudio Pires Pereira, Wagner Carvalho Motta, Carlos Morais e Karine Monteiro (Kika).	

Tese para o X Congresso Nacional do PSB

Por uma Constituinte Exclusiva; Livre, Democrática e Soberana

Luiza Erundina de Sousa
Deputada Federal/SP

O Partido Socialista Brasileiro defenderá como eixo central de mobilização de seus esforços políticos a convocação imediata de uma Constituinte exclusiva, livre, democrática e soberana.

JUSTIFICATIVA

A sociedade brasileira vive um momento de perplexidade em que predominam sentimentos de frustração, indignação e revolta devido às graves denúncias que estão sendo apuradas pelas diversas CPMI(s), envolvendo lideranças políticas de diferentes partidos, numa avalanche aterradora e sem precedente na história do país. Nem mesmo na era Collor a normalidade institucional esteve tão ameaçada como hoje. Isso porque as denúncias atingem em cheio o Congresso Nacional, comprometendo sua legitimidade e tirando-lhe a credibilidade necessária para enfrentar a crise e apontar saídas e soluções.

A proposta da Reforma Política, nos termos do Projeto de Lei que já está pronto para entrar em pauta de votação, perdeu oportunidade face à gravíssima crise ética e seus desdobramentos que afetam diretamente as instituições políticas, particularmente o parlamento brasileiro que perde credibilidade e legitimidade necessárias para promover, em nome daqueles que representam,

a reforma política há muito reclamada pela nossa sociedade.

Só há uma saída possível para essa crise: a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte exclusiva, para reformular a atual Constituição nos aspectos estruturais que são a raiz das frequentes crises que atentam contra a normalidade institucional e põem em risco a própria democracia. Para grandes e graves problemas, só grandes soluções que, por sua vez, exigem coragem e ousadia de todos os cidadãos e cidadãos brasileiros que amam o nosso país e que são fiadores do bem supremo, do patrimônio maior da nação - a democracia, tão duramente conquistada.

Voltemos a nos reunir em nossas comunidades; chamemos os movimentos e organizações populares para ir às ruas exigir a convocação de uma Assembléia Constituinte já, formada, não por Deputados e Senadores, mas por cidadãos e cidadãos eleitos **exclusivamente** para elaborar uma nova Constituição, capaz de promover, além de uma reforma político-partidária-eleitoral, também outras reformas estruturais do Estado brasileiro.



Energia e Responsabilidade

Beto Albuquerque

Deputado Federal PSB/RS - 2º Vice-presidente nacional do PSB

Saúdo a todos os congressistas do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que, mesmo na adversidade, dão exemplo de maturidade e coesão. Os congressos são importantes momentos para refletir sobre nossa prática política - e este, em especial, pela crise que o país atravessa - e a projeção do futuro partidário.

O PSB tem atuado, historicamente, no sentido de combater a pior política, o clientelismo, o nepotismo e a corrupção. Atônitos com as denúncias de toda ordem, queremos investigação completa, doa a quem doer, não importa a que partido pertença.

Resgate ético

Dentro do respeito ao pluralismo de idéias, não vamos nos omitir do resgate ético necessário nem da garantia da viabilidade do projeto político escolhido na eleição presidencial de 2002.

Em maio ao tiroteio de suspeitas, acusações e recriminações, é imprescindível agir com responsabilidade. Está em jogo a credibilidade das instituições, que precisam ser preservadas. Infelizmente, a crise veio a ocorrer justamente num governo de vocação popular envolvido por uma atmosfera de esperança.

Em momentos como este, se requer uma ação rápida, para identificar com clareza os fatos e apontar culpados. A CPI deve buscar documentos e provas que sirvam para, além de cassar mandatos, punir judicialmente os responsáveis, até porque a impunidade é o motor da corrupção. Como é a primeira CPI transmitida diretamente por rádio e TV, é preciso evitar que a Comissão vire apenas um espetáculo para a autopromoção de alguns de seus membros.

Estado brasileiro e democracia

Mas é preciso observar que, ao contrário

do discurso hipócrita da oposição, a corrupção há muito habita o Estado brasileiro historicamente dominado pelas elites política, agrária e industrial deste país. Se a denúncia de mensalão no Congresso Nacional nos provoca sentimento de revolta, é evidente que ela não é uma prática nova.

Quem não se lembra, por exemplo, da operação que permitiu a aprovação da emenda constitucional da reeleição que conduziu Fernando Henrique Cardoso ao seu segundo mandato. Em 1997, gravações de deputados do Acre revelaram que o então presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, e o ministro das Comunicações Sérgio Motta eram os principais articuladores de pagamento por voto favorável à reeleição. Mas o governo era outro, a oposição não tinha o mesmo poder que a atual, FHC aprovou 21 emendas constitucionais e a imprensa não tratou os casos com a mesma ênfase que dá à crise atual.

A apropriação do Estado por grupos e seus interesses particulares também não é nova no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda já falava da confusão deliberada da elite entre o Estado e a família, como se tudo o que fosse público pertencesse ao governante da hora, numa relação doméstica. E foi assim que o país escreveu a sua história marcada pela apropriação e pela exclusão da grande maioria da população.

O findar de um ciclo político

Ao fazermos uma retrospectiva do país nos últimos 25 anos, verificamos o findar de um ciclo, pós-regime militar. Pode-se dizer que este ciclo político iniciou com a anistia, em 1979, e as primeiras greves de metalúrgicos paulistas. Seguiram-se: campanha das Diretas-Já / eleição do primeiro presidente civil no colégio eleitoral / a morte de Tancredo Neves / a posse do vice-presidente, José Sarney / a Constituinte cidadã, em



1988 / a primeira eleição direta / anões do orçamento, CPLs / o impeachment de Collor / um vice-presidente, chamar Franco, assume novamente / o intelectual FHC na presidência, por duas vezes, em aliança oligárquica-industrial (PSDB e PFL) e, finalmente, a chegada ao poder de um operário-sindicalista, Lula.

Cúpulas, discursos e bordões desmancham-se no cenário das CPLs em curso. Não há mais espaço para a arrogância, frases prontas e promessas fáceis. Fica claro que o projeto de poder de um partido político jamais pode se sobrepor ao interesse público.

Diante da crise atual, o aprendizado pode nos conduzir a um outro estágio político no qual o PSB terá, caso saiba posicionar de forma adequada o seu discurso político, novos desafios e responsabilidades.

Precisamos garantir que não se transforme em frustração política a expectativa histórica de emergência de um governo de esquerda, no que apostou majoritariamente a sociedade brasileira em 2002. Descrever da política, neste momento, seria o pior dos "retrocessos", pois resultaria na convocação de ditaduras ou na entrega do Estado ao jogo de interesses corporativos.

Deficiência na interlocução política

Constituímos uma base parlamentar no Congresso Nacional que sofre as contradições de ser governo. A motivação para contribuir com a construção de projetos de desenvolvimento, como os que executamos no Ministério da Ciência e Tecnologia, choca-se com a frustração da falta de articulação e diálogo entre os partidos que apóiam o Presidente Lula para a tomada de decisões. O governo, desde que assumiu, preferiu "engordar" partidos fora do nosso campo ideológico, como o PTB, PP, e PL e, agora, persiste no erro ao conceder-lhes mais cargos em nome de uma pretensa governabilidade (vide exemplo recente do Ministério das Cidades). A prosseguir essa tendência, haverá inflexão cada vez mais acentuada à direita.

Os parlamentares do PSB, através de sua liderança, sempre reivindicaram maior participação na tomada de decisões do Executivo. Nem matérias polêmicas enviadas ao Congresso foram discutidas democraticamente com a base de apoio.

O governo deve não só criar espaços de discussão como mudar seus interlocutores. O grupo que cercou e isolou o presidente precisa ser desfeito. O governo precisa ouvir seus aliados históricos.

Choque de gestão

Em meio às investigações, o governo do Presidente Lula precisa aprimorar o controle social e melhorar a qualidade da prestação de serviços à sociedade. Para isso, é preciso, com urgência, um choque de gestão capaz de produzir ações positivas para o país.

Uma das grandes limitações políticas, historicamente, é a sua incapacidade de produzir resultados para as pessoas. Sem um Estado que funcione razoavelmente bem, a economia e a democracia não funcionam bem.

Por isso, o desafio da política moderna é propor alternativas que aumentem o valor público dos empreendimentos, das ações e serviços da administração pública, de forma a atacar o descrédito com os políticos e os governantes.

Apostando neste desafio, tenho me dedicado ao apoio a projetos e iniciativas deste governo que julgo importantes.

Em 2003, o governo Lula lançou as bases para que o país voltasse a crescer, de forma sustentável e dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde então, o dólar, inflação e risco país diminuíram e se estabilizaram. O PIB se expandiu. Conquistada a estabilidade econômica, o país precisa crescer e gerar empregos.

Tivemos importantes pautas vencidas no Congresso Nacional. Lei de falências; aprovação do Estatuto do Idoso, Estatuto do Desarmamento, Estatuto do Torcedor. Isenção de IPI a taxistas e portadores de deficiência física e visual. Veículos a álcool e com sistema reversível; concessão de isenção de PIS/COFINS para cooperativas agropecuárias, de eletrificação rural e para cooperativas de Crédito. Aprovação da MP 183: benefício a cerealistas e produtores de vinho. Lei de informática, igualdade de tratamento tributário com a zona franca de Manaus. O Rio Grande é o segundo pólo de produção de informática do país.

Aprovação da criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) - o Estado como indutor de uma nova Política



Industrial. Lei de Biossegurança com pesquisa de célula-tronco e regulamentação para produtos transgênicos. Renegociação do Crédito Educativo Grupo de Trabalho discutiu uma proposta anistia de 80%. Parcerias Público-Privada reforçarão investimento em infra-estrutura.

Isenção de impostos que reduz em 11% os preços de mil medicamentos. Microcrédito rural que beneficia 155 mil agricultores de baixa renda. Política Externa - Cúpula intensifica relações comerciais e políticas entre sul-americanos e árabes.

Pro-Jovem leva inclusão para 14 mil em 10 capitais. Universidade para Todos teve mais de meio milhão de inscritos. Criado o Fundo da Educação Básica - Fundeb, com valor determinado de R\$ 4,3 bilhões. Discussão da reforma universitária.

A política de incentivo ao Biodiesel, que traz vantagens econômicas, sociais e ambientais para o Brasil. Projetos de inclusão digital - a tecnologia a serviço da inclusão social. Início da implantação de Centros Tecnológicos: microeletrônica (Porto Alegre), Pedras e Gemas (Soledade). Política do governo brasileiro de estímulo ao desenvolvimento do software nacional.

O programa Luz para Todos beneficiará 12 milhões de pessoas. Primeiro emprego agora é lei.

PL 4.776 gestão de florestal públicas, que relatei na Câmara, é o primeiro projeto que reconhece explicitamente a vocação florestal da Amazônia.

O Ministério das Cidades, criado no governo Lula, em conferências das cidades definiu bases importantes para política de habitação, saneamento, transporte público e infra-estrutura urbana. O PSB, acertadamente, destacou o tema da reforma urbana em seu programa nacional de TV. Nós, socialistas, precisamos aprofundar a discussão e apresentar propostas avançadas para este que é um dos maiores problemas do país.

Embora muito ainda precisa ser feito, obras de duplicação da BR-101 (Osório) estão em andamento, ao contrário do que prometeram mas não fizeram os governos passados.

E no combate à corrupção, este governo tem sido um dos que mais investiga e pune, através de inúmeras ações da Polícia Federal e da

Controladoria Geral da União no combate a atos ilícitos.

O Brasil pretende investir cada vez mais na modalidade de compra por meio eletrônico no setor público. A obrigatoriedade do uso do pregão, estabelecida por decreto - e que entrou em vigor dia 1º de julho - é mais um passo do governo federal para intensificar o uso dos meios eletrônicos nas compras oficiais.

O "choque de gestão" anunciado dia 22/07 pelo governo federal extingue cerca de 70% dos cargos ocupados por indicações políticas. Com isso, vão cair de 21.197 para 6.939 os postos da administração federal que podem ser ocupados por profissionais de fora do indicados por políticos e partidos. O pacote incluiu ainda a criação de uma nova Receita, que incorpora a fiscalização da Previdência Social.

Reforma política

Há um consenso de que o atual sistema eleitoral abriga as mais fortes raízes da corrupção política. Mas, acima de tudo, precisamos construir uma nova cultura na política brasileira, diferente do "toma-lá-dá-cá" que marca a história do nosso país.

É preciso começar pela aprovação de novas regras para a eleição 2006 como, por exemplo, a fidelidade partidária, tema que deve ser incluído numa proposta a ser votada pelo Congresso Nacional. O número absurdo de trocas de partido, na maioria dos casos, não é motivada por divergências políticas ou programáticas, mas por oportunismo. Devemos enfrentar agora esses temas ou veremos a sua repetição no ano que vem.

Está em tramitação na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei com pontos importantes em discussão: o financiamento público dos partidos, a votação em listas partidárias pré-ordenadas ou fechadas; a instituição da federação de partidos; a proibição de coligação nas eleições proporcionais e a redução da cláusula de barreira.

Financiamento de campanha

A origem da atual crise no país tem nome: é o financiamento das campanhas eleitorais. A



eleição no Brasil virou superprodução milionária que favorece candidatos com poder econômico. O marqueteiro e o tesoureiro tornaram-se mais importantes que o candidato e suas idéias.

As medidas devem começar pela redução do custo da campanha eleitoral e também de sua duração, de no máximo 30 dias. Defendo a proibição de showmícios, padronização dos programas de TV e do material de campanha e a obrigaçao dos candidatos a prestar contas de despesas em tempo real, pela internet. Criar limites para todos os candidatos torna a campanha mais justa e econômica.

Os desafios do PSB

O PSB, livre do patulhamento ideológico de seu referencial de esquerda, tem todas as condições de, utilizando-se do seu programa partidário (socialismo democrático, compromisso social, seriedade e capacidade de diálogo), ocupar um espaço de maior destaque na sociedade. Até 3 de outubro podemos filiar novas lideranças que vêm no PSB uma alternativa de esquerda, diferenciada, e capaz de apontar novos caminhos para o país.

Diante da crise política, nossa postura qualificada e prudente neste momento indicará nosso preparo ou não para sermos alternativa de poder. Dessa forma, defendo que o PSB

estabeleça uma agenda mínima a ser implementada até 2006 e condições para a permanência do partido na base de sustentação do governo Lula. O governo não pode repetir equívocos que têm impedido a interlocução política com aliados históricos. E necessário formar um Conselho Político, com representação dos partidos de sustentação do governo, a fim de orientar as ações daqui para frente.

Escolha da nova Direção Nacional do PSB

A nova direção nacional do PSB deve ser atuante e propositiva. Uma das suas maiores tarefas vai ser preparar o partido para as eleições 2006, principalmente, formar nominatas para eventuais candidaturas próprias, a exemplo do que ocorreu na eleição de 2002.

O partido deve se adaptar aos novos desafios e lançar mão de instrumentos estratégicos para superá-los, dotando-se de estruturas modernas de comunicação e marketing político.

Para concluir, desejo que todos nós socialistas tenhamos muita energia e responsabilidade para contribuir com o processo democrático e ocupar novos espaços na política nacional.

Boa luta a todos!



Em defesa do financiamento público de campanhas

Alexandre Cardoso
Deputado Federal

A proposta de financiar as campanhas eleitorais exclusivamente com recursos públicos é, certamente, um dos pontos mais polêmicos para ser debatido. Polêmico porque revolucionário, ao igualar, em termos de poderio econômico, os candidatos dentro de seus próprios partidos, acabando com a preponderância dos mais ricos sobre os que possuem menos recursos.

Por isso, a pergunta que cabe sobre as reais possibilidades do cidadão ter êxito no atual sistema político-eleitoral é: ele tem dinheiro para campanha? Como resposta prática a esse questionamento temos visto que, cada vez mais, os poderes legislativos em nosso país possuem, em suas representações, os que fazem do dinheiro seu principal instrumento político-eleitoral.

Assim sendo, temos o dever de enfrentar essa questão. E acho fundamental trazer a população para esse debate. Quantos acreditam que a maioria do empresariado faz as doações de campanha sem a certeza de que receberá favores depois? Ou melhor, sem a certeza de que estejam fazendo, na verdade, um investimento? Além disso, devemos informar a população que quase a totalidade dos recursos de campanha é dinheiro público. O velho argumento de que o financiamento público das campanhas eleitorais vai dar dinheiro a político corrupto deve ser combatido com a verdade, que é, infelizmente, uma só: o dinheiro público financia os políticos, em 90% dos casos, sem ser declarado, ficando claro que vem dos chamados "caixas dois" dos órgãos municipais, estaduais, do Distrito Federal e da União.

Além de acabar com a influência dois grandes grupos econômicos sobre os políticos, o financiamento público tornará bem mais fácil, senão real, a fiscalização dos gastos de campanha pela Justiça Eleitoral, reduzindo de forma considerável as possibilidades de montagem de "caixas dois" de campanha. Real porque o atual sistema de financiamento de campanhas é praticamente impossível de ser fiscalizado, segundo conclusão dos próprios integrantes da Justiça Eleitoral.

Os números falam por si próprios: nas eleições de 2004 tivemos 346.419 candidatos a vereador e 15.746 candidatos a prefeitos que declararam gastos de R\$ 1,025 bilhão, o que significa, oficialmente, a média de R\$ 1 mil por candidato a vereador. Imaginemos, por exemplo, que cada uma dessas campanhas produza 30 notas fiscais, que deverão ser fiscalizadas pela Justiça Eleitoral. Ora, seriam 362.165 campanhas a apresentar 10.464.950 notas fiscais. Alguém em sã consciência, acredita que a Justiça Eleitoral teria condições de fiscalizar todos esse documentos?

Mais do que isso: quem pode acreditar nesses valores apresentados? Estudos realizados por cientistas políticos mostram que a média de gastos numa campanha de vereador é de R\$25 mil, em algumas campanhas de prefeitos e cidades grandes podem chegar a R\$ 100 milhões e o valor total das campanhas em todo o Brasil, em cada eleição, é da ordem de R\$110 bilhões.

E por que o modelo de financiamento público é melhor? Porque, como já foi abordado acima e vem sendo amplamente comprovado pelas recentes denúncias que compõem o cenário político, a maior parte dos recursos que irrigam as campanhas eleitorais vem de orçamentos públicos. E não somente as denúncias corroboram essa afirmativa: os mesmos estudos realizados por cientistas políticos sobre gastos de campanhas apontam para essa conclusão.

Além disso, levando-se em conta somente os números oficiais, chegamos à conclusão de que as maiores contribuições para as campanhas políticas em todos os níveis vêm de fontes empresarias, segundo levantamento por mim realizado no início desse ano junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Dentre as empresas, as que mais contribuem são que dependem de regulamentação governamental ou de contratos com o governo, como setores bancário, financeiro, de indústria pesada e da construção civil; assim divididas: para as campanhas de presidente, as empresas que mais contribuem são



do setor financeiro e da indústria pesada; os bancos são os maiores financiadores de campanhas para o Senado; as que mais contribuem para as campanhas para Governador são empreiteiras; enquanto as empresas de ônibus e coleta de lixo são as que mais financiam as campanhas para as prefeituras. Como cada uma dessas instâncias políticas é responsável por decisões legais diretamente a cada um desses setores empresariais, fica comprovado o interesse em eleger aqueles de quem fica mais fácil cobrar a defesa de seus interesses mais adiante.

Outro ganho do financiamento público de campanhas para o equilíbrio do sistema político, em termos da influência dos grandes grupos econômicos sobre os partidos políticos, está na forma de distribuição dos recursos. Estudos realizados mostram que os chamados quatro maiores partidos do nosso país gastam em média 50 vezes mais do que os outros partidos. Ou

melhor, que um único partido arrecada de forma direta ou indireta 50 vezes mais do que outro, principalmente se estiver no poder, seja ele municipal, estadual ou federal.

O financiamento público que está sendo debatido no Congresso – mesmo com as nossas críticas, pois entendemos que os valores devam ser isonômicos - diminui essa diferença 50 vezes mais para menos de quatro. Assim sendo, o partido, que teria maior quantidade de recursos públicos não teria mais que quatro vezes do que o outro partido. As prestações de campanha seriam feitas no meio do pleito e dez dias após o término das eleições. E cada cidadão teria a informação de quanto cada partido verdadeiramente poderia gastar no processo eleitoral. Por fim, o financiamento público é o caminho que socializa o acesso do cidadão comum aos poderes executivo e legislativo.



Vem com a Gente!

**Pelas Bases o Partido cresce, pelas
Bases o PSB se fortalece**

Leonardo Vianna

Militante da JSB/SP e Membro do Diretório Estadual PSB/SP

Pedro Marcello

Secretário de Formação Política Executiva Estadual PSB/SP

Carlos Augusto Vianna

Secretário de Comunicação Executiva Estadual PSB/SP

Michael Richard

Vice-presidente da JSB/SP

Jório Neto

Secretário Geral da JSB/SP

Alexandre Oliveira

Secretário de Movimento Estudantil JSB/SP

Segundo o entendimento da base partidária, a presença de Miguel Arraes no comando do PSB é a segurança da unidade, é a firmeza dos compromissos ideológicos e programáticos para consolidar a vitória que tivemos o ano passado e ultrapassar as cláusulas e barreiras no sentido do crescimento do partido

Eduardo Campos

PSB coerente, aliado ao povo brasileiro

O Partido Socialista Brasileiro - PSB tem como patrimônio histórico, uma postura de coerência de discurso e prática. Nunca na história do País, seja pela ação ou omissão dos socialistas quaisquer governos deixaram de se movimentar na aprovação de projetos ou na execução de programas em benefício da Nação.

É o interesse maior do Povo brasileiro que nos leva - enquanto Partido - a compor governos. Assim como, pela mesma motivação, assumimos postura de oposição a governos que destoam desse compromisso. Entendemos a liderança do companheiro Miguel Arraes como absoluta e definitiva para o PSB. A decisão de apoiar ou GOVERNO LULA foi reflexo de acerto, responsabilidade e sintonia, por parte da Executiva

Nacional sob a liderança do Presidente Arraes, com a vontade popular soberana expressa nas urnas.

Ao PT a força da LEI. Aos corruptos e corruptores CADEIA. A oposição ressentida com os inegáveis avanços do Governo, a VONTADE SOBERANA DAS URNAS. A nós do PSB: O MELHOR GOVERNO PRA NAÇÃO É O NOSSO - CONSTRUAMOS!

O PAPEL DA MILITÂNCIA PARTIDÁRIA DE JUVENTUDE NA CONSOLIDAÇÃO DO PSB COMO INSTRUMENTO DE LUTAS DO POVO BRASILEIRO - POR UM PARTIDO DE BASES POPULARES.

Faz anos que acompanhamos o debate que antecede o processo congressual do Partido Socialista Brasileiro - PSB, e de verdade, ele tem tido em geral o mesmo tom. Neste debate tiveram



ênfase críticas de que a postura da Executiva Nacional no comando do Partido têm caráter centralista e que esta mesma Executiva não aponta, no dia a dia partidário, comprometimento com a inserção real da militância do PSB nos segmentos sociais organizados. Por outro lado a Maioria Dirigente da Executiva Nacional limitava a defesa do seu modelo partidário de condução, na legitimidade histórica do companheiro Arraes - respaldando suas decisões apenas e exclusivamente como sendo a mais pura e límpida expressão da vontade do ARRAES. Ao mesmo tempo em que, justificava sua posição de apoio aos segmentos do Partido com a permissão dum espaço carimbado na direção do Partido.

Há companheiros, um equivocado movimento de polarização de opinião do qual decorre um estreitamento de argumentos que cega o conjunto partidário e impede-nos de ver alternativas que permitam a oportunidade de opinião e debate e unidade da ação.

Retomamos neste X Congresso, a reflexão que propomos ao Partido e ao conjunto militante faz alguns anos. Qual tem sido a contribuição da massa de filiados, para com o Partido Socialista Brasileiro? O Partido poderá contar com estremos participantes de uma agremiação política ou com pessoas comprometidas com a estruturação de uma força popular socialmente transformadora?

Pois ter claro o "Papel do PSB" é importante, mas hoje não parece ser o eixo político principal que a militância quer ver esclarecido. Será igualmente oportuno discutir o papel de cada militante na estruturação de uma força política, de alicerces populares, capaz de produzir crescente elevação do nível de consciência da sociedade e estimular a determinação de atuar na luta política cotidiana. A convocação histórica está posta. Estamos dispostos a aceitá-la?

Nesse contexto a proposta de criação das Coordenações Setoriais dentro dos organismos diretivos do Partido Socialista Brasileiro é extremamente importante para o avanço do PSB junto aos movimentos sociais. Não creiamos, militantes dos segmentos do Partido que a autonomia financeira e organizativa das Coordenadorias virá pela nobre avaliação de nossos dirigentes - será preciso lutar pra conquistar-isso. Sabemos que sem luta seremos varridos dos organismos de direções partidárias. LUTEMOS POIS.

Por outro lado, a luta deverá ser travada em duas frentes: 1) manter-se representados nas direções partidárias; e 2) organizar-se de fato pra dar respostas reais ao Partido. Porque companheiros, a JSB e sua atuação junto a sociedade tem um claro objetivo, **ser órgão de apoio do Partido e fazer proselitismo na sociedade em prol de seu Programa e ideário.**

A militância partidária exerceu, na última eleição presidencial, o inédito direito de votar num candidato a Presidente da República. Devemos discutir neste Congresso a manutenção de nosso projeto nacional próprio. Um Partido popular e de massa não se prenderá à vontade de seus dirigentes. Ele interpreta o anseio da militância, analisando o contexto histórico e preservando seus princípios e compromissos historicamente construídos.

É importante entender que a candidatura do PSB a Presidente foi um projeto de todos nós, construído e aprovado democraticamente pelos delegados do último Congresso Nacional do Partido. Em nosso Estado - sob a liderança do grande presidente Márcio França - temos atuado e avançado nos espaços de comando da Executiva Estadual do PSB, evocando no dia a dia de luta partidária o Manifesto do PSB: "**o Partido Socialista é um Partido aberto, sua vontade será à vontade de seus militantes**". E essa vontade é expressa, única e tão somente, pelas **Resoluções de nossos fóruns CONGRESSUAIS e RESOLUÇÕES de nossas direções.**

Vamos trabalhar, com os delegados que elegemos o Congresso Nacional para apresentar algumas emendas ao Congresso Estatuinte. 1) **(Artigo 24) Aprimorar o processo de constituição e acompanhamento de comissões provisórias, reduzindo os mandatos das provisórias municipais para seis meses impreteríveis e regulamentando as Secretarias de Comunicação, Organização e Formação Política como responsáveis pelo acompanhamento do trabalho dessas comissões;** 2) **(Artigo 43) Alteração das competências estatutárias da Secretaria de Juventude nas Executivas, passando da atual condição de representante da JSB junto ao Partido para representante do PSB junto aos organismos dirigentes da Juventude, e 3) (Artigo 49) Na elaboração das nominatas partidárias de**



candidatos aos pleitos eleitorais priorizar-se-ão os candidatos com militância comprovada junto às Coordenações que estão sendo propostas e o observar-se-á 40% das respectivas vagas às indicações diretas dos segmentos partidários.

Essas emendas serão objeto de debate e discussão com cada delegado ao Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

VEM COM A GENTE! Pra manter a Unidade dos segmentos do Partido e projetar cada uma das nossas lideranças partidárias.

Claro que contamos com a **UNIDADE DA JSB PRA AVANÇAR** nos espaços de comando partidário nacional. Queremos uma **COALISÃO DE JUVENTUDE NACIONAL** para conquistar a **AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA JSB NA EXECUTIVA E NO DIRETÓRIO NACIONAL.**

Sim, seremos capazes! OUSEMOS!



Reafirmando-nos Movimento Negro Socialista:

Essa é a nossa Tese.

Jorge Eumawilyê Santos
Segundo Secretário Nacional e Secretário Estadual do
Movimento Negro Socialista - PSB

Ainda sob o zumbido esfuziante das vibrações e a ensurdecidora salva de palmas emitida pela emocionada plenária final do IX Congresso do Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB, permito-me, e proponho aos irmãos e irmãs de descendência africano - brasileira a realização da necessária reflexão sobre o como se apresentou a idéia de "agradecimento" à Executiva Nacional do PSB, idéia que, desavisada e sem a devida autorização do contingente racialmente presente naquele IX Congresso que ao nosso modesto ver, se caracterizou como o da concessão que o da conquista, percebemos, justamente, naquele momento, se configurava a tranquilização da aludida executiva, ao tempo em que no mesmo ambiente se constatava o alvorecer da preocupação e da intranquilidade dos mais comprometidos, dos mais fiéis aos idéias de combate às desigualdade racial perpetradas em nosso país, pela insaciável lógica do preconceito de raça, da discriminação racial negativa e do racismo.

Naquele momento parecia que tudo havia transcorrido sem as barreiras que, historicamente, são impostas à organização do povo negro; aqui e no resto do mundo, sem a decisiva tentativa de inviabilização de nosso encontro, em razão do não oferecimento de um local minimamente apropriado para tal, sem que, ao nosso estilo guerreiro herdado de tantos e tantas quilombolas, tivéssemos que "tomar de assalto" o espaço reservado à imprensa, ora em desuso, que vivenciávamos e acabávamos de sair de várias reuniões no propalado paraíso da democracia racial.

Ora, tais acertivas ao longo de quase dois anos foram acentuando-se e, reveladoras, demonstraram-nos o quanto a burguesia que se enfeita de socialista nos adora.

Quando no Congresso Nacional de 2003 falávamos na necessidade de convocarmos a negritude socialista do PSB, proposta que, acreditávamos, devido a nossa condição de candidato a Secretário Nacional por indicação dos irmãos e irmãs de Alagoas, não foi contemplada na ata das reuniões do movimento negro no IX Congresso, vislumbrávamos que a idéia de um grupo que se reivindicava articulador e mobilizador das reuniões, era pura e simplesmente a da disputa e conquista da Secretaria Nacional. Até porque, os componentes do grupo de revindicantes, que saíra derrotados dos pleitos sindical e de mulheres demonstravam desconhecimento do conteúdo das resoluções extraídas dos debates iniciados em 95, continuados em 97 e 99, e ausentados em 2001, por ocasião da necessidade da consolidação da candidatura Carotinho Presidente.

É preciso que saibamos quem somos, onde estamos, o que queremos e o que temos a oferecer, como forma de fazer valer a luta de Gênero, Raça e Classe no interior do PSB, sob pena de não sermos vencidos pela proposta de invisibilização e diminuição dos direitos, que, de acordo com as sistematizações teórico - regulativas, nos espera.

É preciso sonharmos acordados com o estabelecimento de uma ação militante - negra - revolucionária que permita a visibilidade necessária de nossas idéias e ideais panafricanista/brasileira, no partido que estamos a construir e consolidar, onde o Socialismo e a



Liberdade sejam inclusivas para ser fraterno e para ser real.

Pelo pouco que discorremos já percebe-se a necessidade do aprofundamento do debate em torno da questão da racionalidade negra, do Socialismo e da Liberdade a partir do ponto de vista das ações afirmativas, das reparações, das políticas públicas transversalizadas em benefício do contingente negro da nação. E assim, ninguém conseguirá legitimar-se protagonista destas conquistas a não ser os remanescentes do escravismo, da escravização negra, das lutas nos quilombos e das insurreições e revoltas das grandes metrópoles, do ideário da unidade na diversidade, da ideia de que somos iguais mas somos diferentes, da condição mundial de vítimas do empobrecimento, da certeza da deseducação para a dominação, da efetiva maculação da nossa negritude; onde denegridos sentem-se maculados ao invés de etnicamente/racialmente afirmados. É imperativo que aprovemos formas de lutas diferenciadas das que nos são impostas, pois o legado histórico do enriquecimento das elites racistas e/ou dos beneficiários do racismo e da escravidão negra, não podem e nem devem servir como modelo para o empoderamento do nosso povo, sob pena de, em assim agindo, estarmos incorrendo por caminhos contrários aos da concepção libertadora quilombolas.

O Movimento Negro Brasileiro, quando convocado a colaborar, respondeu positivamente ao governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a elaboração e a apresentação de um plano transversalizado para o seu governo, onde as questões raciais orientadas pelo Relatório de Durban e histórico da realidade da situação do povo negro no Brasil, apontaram as diretrizes para a implementação de política reparatória,

afirmativa e compensatória às situações anteriormente referidas. Vale salientar que muito se fez e muito mais, ainda, precisa ser feito. O PSB, mesmo que de forma tímida e diminutamente representado, contribuiu e contribui nessa direção, tendo em vista que essa discussão no seu interior não é um vespereiro, mas um novo momento para a elucidação e concretização do ideário Socialista Brasileiro, com a implantação e a necessária implementação do Movimento Negro Socialista, ao lado dos demais Movimentos Sociais organizados em nosso Partido.

Quanto as questões nacional/Conjuntural, a Tese do Companheiro de Executiva Domingos Leonelli, contempla, na sua totalidade as nossas preocupações e aspirações.

Se os homens mudam, o Brasil muda. Mas, se os homens não mudam, o Brasil continuará e avançará no mar de lama, incrustado e sobressalente em que se encontra.

Face ao exposto, somos:

- Contra a alteração do estatuto do PSB, no que concerne a transformação das Secretarias dos Movimentos Sociais em Coordenações.

- Pelo reconhecimento da Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista e a conseqüente inserção da mesma na Executiva Nacional do PSB, bem como a manutenção predial, funcional, material e/ou financeira as suas atividades em Brasília e nos estados onde o PSB encontra-se devidamente organizado.

- Pelo imediato estabelecimento, implantação e implementação nos estados e municípios, de formas regionalizadas, da Coordenação do Movimento Negro Socialista, podendo também denominar-se de: Articulação da Negritude Socialista do PSB.



A necessária reforma política

Carlos Valberto B. Orling

Secretário de Formação Política - PSB-RS

As notícias diárias estampadas na mídia nacional e a crise política existente no país levam qualquer cidadão medianamente informado a uma única conclusão acerca das regras eleitorais vigentes no Brasil: como está não dá!

Não é à toa que uma das primeiras manifestações do Presidente da República logo ao eclodir da crise, foi lançar um repto ao Congresso Nacional, para que aprovassem a reforma política, cujo tema está em discussão há anos, mas não encontrava parceiros interessados em dar andamento ao assunto.

A Constituição Brasileira determina que qualquer lei para valer em uma eleição, tenha que ser aprovada com pelo menos um ano de antecedência. Assim, para que a próxima eleição (2006) possa ser realizada com novas regras, é necessário que a reforma seja votada até o final de setembro de 2005.

As práticas de campanha levantadas pela CPI: as trocas de partido (mais de 150) realizadas por deputados federais desde a última eleição; o inchaço de certos partidos políticos por meios duvidosos; a existência de partidos "de aluguel", etc... são motivos que expõem as mazelas e a fragilidade do nosso sistema partidário e eleitoral.

Propugnamos por uma nova legislação que aponte para o fortalecimento dos partidos políticos e que elimine a prevalência de "nomes" sobre "propostas". É necessário que o eleito tenha compromisso com o programa partidário assegurado em princípios de fidelidade.

Existe hoje em discussão adiantada no Congresso um projeto de reforma, que talvez não seja o ideal, mas é o que existe. Em vista disso incumbemo-nos avaliá-lo e nos posicionarmos.

O projeto existente

Os principais eixos contemplados no projeto de alteração das Leis 9.096/95 e 9.504/97

são: a instituição da Federação de Partidos: a redução da Cláusula de Barreira; a proibição de coligação nas proporcionais; a votação em Listas fechadas; o financiamento público de campanhas.

Sobre cada um deles devemos nos posicionar.

- **Federação de Partidos** - a proposta surge visando contemplar algumas siglas ideológicas e históricas que sem esta flexibilização se tornariam inviáveis no cenário político nacional. Ela também serve a que qualquer partido "nanico" possa sobreviver disputando eleições por um tempo. Trata-se de um "casuísmo" que poderemos admitir desde que outros pontos essenciais prosperem.

- **Cláusula de Barreira** - também chamada de cláusula de desempenho, ou seja, o percentual mínimo de votos que o partido deve obter em cada eleição em diversos estados, para ter o seu registro mantido. O projeto em discussão reduz para 2% a exigência que a atual Lei 9.096/95 exige. Tal alteração tem o condão de diminuir as reações de várias siglas conhecidas hoje que certamente não teriam condições de atender àquela exigência e, portanto, poderiam ser extintas do cenário partidário do Brasil.

O PSB, embora confiante de que pode perfeitamente atender ao requisito dos 5% hoje vigentes, não deve opor resistência maior à alteração sugerida.

- **Proibição de Coligação nas proporcionais** - aqui sim temos uma alteração bastante importante. Trata-se de uma medida **necessária** para a consolidação dos partidos políticos. Apenas aquelas siglas que possuem um mínimo de identificação e inserção na sociedade terão legitimidade para existir. A nosso ver será uma sentença de morte para a maioria dos "partidos de aluguel" que, via de regra, existem apenas para atender a interesses individuais e escusos.

Incumbemo-nos apoiar essa proposta, como essencial para fortalecimento dos partidos.



- Votação em lista fechada - aqui uma das propostas mais polêmicas. As resistências residem na cultura atualmente existe dos eleitores votarem na pessoa. A alteração exige que antes da pessoa, o eleitor tenha que identificar a proposta partidária com a qual tenha afinidade. Na prática o eleitor passará a votar no partido o que seputará a possibilidade hoje existente de que determinados candidatos fenômenos de votos possam se sobressair e dominar seus partidos, à partir da autoridade conquistada por seu desempenho individual. Em geral, comunicadores, profissionais de destaque, atletas conhecidos, líderes religiosos, enfim, pessoas com grande projeção pública, mas com pouco ou nenhum compromisso partidário (muitos filiados de ocasião), roubem a cena e transformem-se em "fenômenos" eleitorais que desempenharão mandatos centrados por sua visão pessoal e não do partido. Em geral, esses mandatários são os mais propensos às trocas de partido sem qualquer pudor ou razão ideológica.

A votação no Partido compromete o eleito muito mais do que no atual sistema.

Há quem diga que poderá haver a "ditadura" das direções partidárias, que escolherão aqueles que melhor lhe convenha. Na verdade a medida exigirá uma revisão nos atuais métodos de composição das direções. Será necessário qualificar essas direções e os delegados passarão a ter mais valor, pois ele é quem definirão a ordem da lista, dispondo cada um deles de 3 votos para procederem tal escolha.

Muitos pré-candidatos poderão neste momento alegar que poderão se desinteressar de concorrer se na elaboração da lista não figurarem entre os primeiros. Isso poderá ser entendido como a primeira manifestação de que o interesse pessoal e particular precede ao interesse ideológico e partidário. O militante partidário constrói uma trajetória interna. Se coloca como condição para esta construção integrar a ponta da lista na primeira disputa, não está considerando que outras disputas locais ou regionais haverá e o seu comportamento em cada uma delas deverá ser levado em conta junto ao colégio interno de delegados para futuras definições.

É também preciso excluir completamente a forma de funcionamento atual, pois há uma profunda modificação da lógica de disputa. Exemplo disso é o fato de que os candidatos não

terão de despende recursos próprios para a campanha, uma vez que a eleição em lista fechada está casada com a proposta de financiamento público de campanhas.

- Financiamento Público de Campanhas -

Aqui outra polêmica e profunda modificação na legislação.

Fica proibido o recebimento de doações para a campanha. Não serão os candidatos que custearão as campanhas, mas os partidos, os quais ficarão sob fiscalização da Justiça Eleitoral. Atualmente cada candidato controla sua campanha. A Justiça eleitoral deveria fiscalizar milhares de campanhas individuais. Isso é impossível na prática, e como atualmente é permitido doações de empresas e pessoas físicas para os candidatos, assistimos às distorções nas campanhas. Certas campanhas "milionárias" regadas à dinheiro, brindes, shows, churrascadas e outras muito pobres ou inexistentes por deficiência financeira.

Na nova forma, fica proibido e haverá penalização para qualquer empresa ou pessoa física que fizer doação para campanha. Haverá uma verba de R\$ 7,00 por eleitor que será distribuída em todo o País, segundo critérios existentes na lei e que tem como principal parâmetro a dimensão atual dos partidos na Câmara dos Deputados.

Realizamos alguns exercícios e constatamos que tal medida propiciará uma aproximação, ou seja, não poderá haver as campanhas milionárias tampouco as miseráveis. Todos os candidatos, em tese, terão mínimas condições de fazer campanha.

Alguns poderão dizer que haverá vazamento e que o caixa dois poderá funcionar aqui ou ali. O fato é que qualquer campanha que se diferenciar muito das demais chamará a atenção e qualquer denúncia provocará uma intensa fiscalização sobre o partido ao qual pertença o candidato.

Entendemos que é preciso pagar para ver, isto é, apostar no novo e verificar como funciona do que ficar vinculado a um sistema de financiamento privado que comprovou ser injusto, permissivo, corrupto e responsável pelas grandes distorções em resultados, onde se sabe que quem tem dinheiro tem quilômetros de vantagem sobre as candidaturas pobres. Sem dúvida que o atual



sistema permite a "compra" de mandatos ao abrigo da lei.

Para nós socialistas, a novidade é tudo o que poderíamos desejar. Ela proporciona uma justiça maior nas disputas o que assegurará aos candidatos socialistas muito maiores possibilidades de disputa comparada aos atuais métodos.

Bem entendido que a possibilidade de financiamento público de campanha é uma proposta que só é viável se casada com a votação em lista fechada, pois não há viabilidade de financiamento público de campanha com campanhas administradas individualmente como é na actual legislação.

Deficiência do projeto

Três aspectos essenciais devem ser destacados como deficiência do actual projeto:

1 - **Garantia de privilégio na lista** aos atuais detentores de mandato de deputado que até a véspera da convenção para escolha de candidatos fizeram comunicação por escrito de sua intenção de concorrer, comportão a lista na ordem decrescente dos votos obtidos nas eleições de 2002.

Trata-se de um privilégio inconcebível e uma discriminação antidemocrática que não pode ser acolhida. Todos devem disputar o voto dos delegados em igualdade de condições. Por certo se os atuais detentores de mandato tiverem um

bom trabalho, serão guindados aos primeiros lugares ao natural.

Tal privilégio deve ser extinto da proposta.

2 - **Ausência de regra de fidelidade** ao partido pelo qual foi eleito. É preciso instituir cláusula que penalize ao mandatário que abandonar o partido. No mínimo é necessário resgatar dispositivo cogitado, que obrigava ao mandatário só poder concorrer no próximo pleito com seu nome colocado no fim da lista de sua nova sigla. Se alternativa mais justa ou eficiente não houver, que seja incluída esta no projeto de lei em gestação.

3 - **Reduzir o tempo da campanha** - com a aprovação das novas regras, não se justifica uma campanha eleitoral tão prolongada. Interessa a todos, em razão do desgaste natural de uma campanha o seu encolhimento. Sugerimos uma campanha mais intensa num prazo de 60 dias em lugar dos 90 dias atualmente vigentes.

Julgamos que para uma melhor compreensão e debate do tema, todos devem acessar o Site do Partido www.psnacional.org.br e ali terem a proposta de reforma no seu inteiro teor e também um quadro de análise comparativo das principais modificações.

COMO ESTÁ NÃO DÁ!

REFORMA POLÍTICA JÁ!



Partido Socialista Brasileiro

Gilmar Manguiera da Silva

Movimentos Populares e Sociais do PSB

Nós socialistas dos Movimentos Populares

e **Sociais** do PSB em cumprimento aos editais de convocações datados de nove de junho de 2005, vimos apresentar nossas teses sobre a pauta do **X CONGRESSO NACIONAL DO PSB**, que é: discutir e deliberar sobre a posição do PSB relativamente ao projeto que trata da Reforma Sindical; discutir e deliberar sobre a posição do PSB relativamente ao projeto que trata da Reforma Política, especialmente a fidelidade partidária, o financiamento público das campanhas políticas, o sistema eleitoral de listas e a cláusula de barreira; proposta de reforma estatutária sendo que os demais itens nós entendemos que cabe a instância superior deliberar.

Teses:

Nós, dirigentes e militantes do Partido Socialista Brasileiro em São Bernardo do Campo/SP, consideramos oportuna e tempestiva a iniciativa de promover extraordinariamente os Congressos do PSB face à grave conjuntura política pela qual passa nosso País.

Entendemos que uma discussão política mais ampla sobre os destinos do PSB, é salutar para sabermos sobre os destinos que queremos e cabe a princípio considerar em suas diversas dimensões as circunstâncias políticas que nos envolvam, a todos que constroem o PSB.

Isto requer de nossa Direção Nacional uma avaliação mais profunda sobre as perspectivas do Partido, seus rumos e capacidade organizadoras, tendo em vista nossa participação ativa na arena de disputas acerca dos destinos Nacionais; de que lado e como participa o PSB na construção de um Projeto alternativo que o País do rumo indesejável estabelecido pelo neoliberalismo.

Considerada desta forma a questão que se coloca não deve ser apenas a de auto referência

organicista, porém, antes de tudo, da utilidade do PSB como instrumento de Luta Política parte integrante de um movimento mais amplo que envolve além de outros partidos, as Organizações Populares e Sociais que tiverem em sua vida cotidiana a rede de caminhos para uma alternativa socialista em nosso País.

Neste propósito, temos por horizonte os desafios que a conjuntura aponta: procedimentos antieéticos e imorais que atinge vários dirigentes e mandatários da Representação popular outorgada nas últimas eleições.

Cabe hoje ao PSB uma maior responsabilidade e uma postura crítica e com agilidade seriedade que o momento impõem. Seriedade para orientar um rumo conseqüente ao nosso Projeto político para as próximas eleições.

Para que não se desvie da Luta socialista ao tempo que o nosso partido precisa através de todos nós superar a cláusula de barreira (5% dos votos apurados para deputado federal em todo o país e 2% pelo menos em 9 Estados da Federação).

Caso isto não ocorra perderemos além do direito a representação nas casas legislativas, o direito aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo na rádio e na televisão para a propaganda eleitoral e partidária, ou seja, na prática, o PSB deixará de existir.

Portanto nós dos movimentos Populares e Sociais do PSB relembremos a história dos Partidos que excluíram a participação da sociedade civil organizada (suas Bases) das decisões partidárias, hoje eles não têm moral para conclamar o apoio necessário para uma marcha em defesa do Projeto Partidário.

Nossa tese não nasceu hoje. É o resultado de duas décadas de uma longa trajetória de debates, reflexões e conclusões coletivas de militantes e filiados do PSB que foi reconhecido pelo nosso Presidente Nacional Dr. Miguel Arraes



de Alencar no IX Congresso Nacional do nosso Partido que o PSB precisa ser transformado em um partido de massa, pois os movimentos populares e sociais podem eleger, mudar a estrutura do poder.

A origem do PSB constata que o partido não foi produto de bases sociais organizadas: nasceu da iniciativa de antigos filiados que julgavam conveniente reafirmar posições que tinham antes do golpe. A reconstrução do PSB, portanto, não se deu a partir de setores sociais mobilizados na ocasião.

Hoje, enquanto os movimentos sociais são uma espécie de motor que impulsiona e dá o tom por quais caminhos devem rumar as grandes questões sociais, os partidos de esquerda e de centro só conseguirão se firmar, se ampliar e se fortalecerem na medida em que estiverem ligados vigorosamente aos Movimentos Populares e Sociais.

Dentro dessa visão compreendemos que a reforma política sindical, estatutária que não esteja respaldada pelo conjunto da sociedade organizada já nasce fragilizada e, por esta razão propomos em tese única:

Proposta 1

Que o projeto de reforma sindical seja amplamente debatido em todas as bases e não só pelas centrais sindicais;

Proposta 2

O momento político atual exige da Direção Partidária uma posição firme com relação à fidelidade partidária, para tanto propomos que o

mandato pertença ao partido e o eleitor que votou em um plano de governo será respeitado, portanto o político poderá migrar para outra Sigla partidária após o término da outorga do povo que é de quatro anos;

Proposta 3

Financiamento público fiscalizado pelo Ministério Público, Receita Federal e um membro de cada partido político;

Proposta 4

Sistema de lista é discriminatório e inaceitável para um partido socialista, propomos o voto distrital misto;

Proposta 5

Cláusula de barreira deve permanecer como está na Lei atual.

Proposta de Reforma Estatutária:

Cap. II - Dos Filiados, dos direitos e deveres

Art. 8º -

Parágrafo Único - Os filiados que sejam estudantes têm desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da contribuição financeira.

Finalizando estas são as nossas considerações sobre o cenário nacional que reflete em cada metro do nosso país e as nossas propostas de tese a ser encaminhadas ao nosso Congresso Estadual e Nacional após a sua aprovação.



O atual momento

Direção Estadual da Juventude Socialista Brasileira

do Rio de Janeiro:

Secretário de Juventude: Moisés Silva,

Presidente Estadual da JSB: Fabrício Moser

Vice-presidente: Fábio Borges

Secretária Geral: Isabelli Cola

Diretora de Finanças: Zorba Vidal

Diretor de Comunicação: Rafael Rocha (Salgueiro)

Diretor de Formação Política: Rílden de Albuquerque

Diretor de Mov. Popular: Kátia Caivoto

Diretor de Mov. Estudantil: Pedro Paulo Cavalcante

Diretor de Pol. Públicas p/ Juventude: Livio Luna

Diretor de Mobilização: Danielle Duttevil

Diretor de Promoção da Igualdade: Marcione de Oliveira

Diretor de Relações Institucionais: Leandro Guimarães

Diretor de Núcleos: Carlos Alexandre Ribeiro

Diretor de Projetos Especiais: Hermes Gomes Neto

Vice-Baixada: Cleveland Cardoso Júnior

Vice-Lagos/Oceânica: Rita Decot

Vice-Metropolitana: Cláudio Pires Pereira

Vice-Norte: Wagner Carvalho Motta

Vice-Serrana: Carlos Moraes

Vice-Sul: Karine Monteiro (Kika).

“...Nem o passado como era,
nem o presente como está...”

(Carlos Drummond de Andrade)

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República representa os mais legítimos anseios da vontade popular de barrar o projeto neoliberal e abriram a perspectiva de se construir um novo projeto nacional.

Nos oito anos de mandato, o Governo Fernando Heringue Cardoso implementou na íntegra a cartilha da política neoliberal de Estado Mínimo onde o mercado determina tudo; privatização de empresas estatais estratégicas; sucateamento da educação pública; uma política econômica nociva.

O novo Governo assumiu neste quadro de total caos político, econômico e social. Mesmo com a ampla vitória nas urnas, a frente que elegeu Lula não conseguiu maioria no Congresso Nacional, que continua a serviço do grande capital. Neste contexto, foi preciso fazer uma coalizão que garantisse a governabilidade para realizar o programa de mudanças.

No entanto, o Governo Federal, ao mesmo tempo em que avança e se democratiza, ainda não consegue romper com uma política econômica equivocada, por ter em seu seio o convívio das mais diversas forças políticas e muitas contradições acerca de que projeto seguir.

Por isso, é preciso compreender a conjuntura, afinal não é fácil romper com praticamente 500 anos de dominação e escravidão aos quais o Brasil foi submetido. Devemos saber diferenciar o jogo sujo das elites, que tentam a toda hora desestabilizar o Governo Lula.

“Não adianta olhar pro céu, com
muita fé e pouca luta...”

(Gabriel O pensador)

Lutamos durante um longo período para retornarmos à democracia e que fossem devolvidos nossos direitos civis. Foram dias de muita batalha para que a vitória coroaasse os anos de luta contra a ditadura militar.

A volta à democracia foi um marco tão importante na história recente do País que abriu um espaço para as pessoas pensarem que tudo estaria certo somente com isso, o que não foi verdade. A luta apenas começava! As desigualdades sociais e as diferenças de classe eram grandes, e, ainda continuavam enormes.

A tarefa de consolidar a democracia e fortalecer as organizações e instituições é infinitamente maior do que derrubar uma ditadura. Era, e é, preciso lutar em todos os campos para tentar amenizar tal disparidade até chegar no fim destas mazelas.



Passamos todo esse tempo da nova democracia acreditando que um governo de esquerda, de base popular, seria a solução. A realização e felicidade de conduzir LULA, à presidência era tamanha, que ousamos acreditar que todos os problemas estariam resolvidos.

Conquistamos um sonho e um grande avanço na história do Brasil, mas não podemos ser eternos sonhadores; devemos também lidar com a realidade de nossas tarefas. Não podemos de forma alguma, aceitar que as dificuldades conjunturais e ventanias oportunistas, abalem o projeto construído pela esquerda brasileira.

“...Não adianta olhar pro chão, virar a cara para não ver...”

(Gabriel O Pensador)

As adversidades e problemas do Governo Lula não foram capazes de paralisar as ações e avanços que apontam nitidamente para o claro rumo de mudanças contido no programa de governo que foi aprovado pelas urnas em 2002. A retomada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como financiador do desenvolvimento nacional no rumo de investimentos em infra-estrutura começam a ser colocados em prática.

Após anos de recessão, o Brasil vive um crescimento econômico forte e sustentável, que precisa ser comemorado, mas ainda é preciso ter coragem de romper com a dependência econômica externa, para que possamos ficar definitivamente livres de qualquer crise internacional que, ao bater em nossa porta, sempre nos coloca em apuros.

Na política internacional, Lula fortaleceu o Mercosul e se apresentou de forma firme e diferente de FHC nas negociações da ALCA, projeto este extremamente nefasto para soberania do Brasil e da América Latina. Por outro lado, resolveu apostar em acordos com países asiáticos e africanos como China, Índia e África do Sul, na perspectiva de abrir novas fronteiras para os negócios brasileiros.

Acreditamos que o Governo Lula pode superar suas contradições e trilhar o rumo das mudanças que a maioria do nosso povo tanto acredita e precisa. Para isso acontecer, o Governo tem que romper com a política econômica atual de juros altos, e inverter a lógica para proporcionar o crescimento econômico e ajustes fiscais sem que o povo precise pagar essa conta.

Neste sentido, não podemos abrir mão da mobilização popular como impulsionador das mudanças. As entidades dos movimentos sociais como a UNE, MST, CUT, e diversas outras

precisam elaborar uma agenda política única de ação que jogue papel na construção desta nova pauta para o país. Sem o povo nas ruas as mudanças e transformações não virão!

O Congresso Nacional

“... Luiz Inácio falou, Luiz Inácio avisou, são 300 picaretas com anel de doutor...”

(Paralamas do Sucesso)

O Governo Federal passa por uma crise política séria e que deve ser amplamente debatida. A cultura política da maioria do povo brasileiro é de estabelecer como centro da sua preocupação eleitoral apenas os candidatos ao executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos), em detrimento dos candidatos ao legislativo (Deputados e Vereadores), o que nos leva a uma grave distorção da vontade popular.

Por exemplo, na eleição de 2002, Lula obteve uma votação histórica para presidente, no entanto, não conseguimos reproduzir o mesmo resultado para o Congresso Nacional. Em uma casa que conta com 513 deputados, elegemos 200 deputados da base do governo, isso quer dizer a minoria do parlamento.

O Governo LULA diante deste quadro desfavorável teve que construir uma maioria política para garantir o projeto de mudanças. Maioria esta que não foi fruto do voto popular e sim de um jogo político que impõe uma maioria circunstância, fluída e sem compromisso com o resultado das urnas.

Observamos um Congresso Nacional que está na sua grande maioria a serviço das oligarquias e dos setores mais reacionários da sociedade e tendo com centro da sua atuação a manutenção do “Status Quo” da elite dominante que está afinado com o projeto neoliberal.

Pela primeira vez, temos um presidente do Congresso Nacional, que não é da base do governo, e muito menos representa a opinião da nação, além de produzir declarações vergonhosas como a nomeação de parentes no governo, reajuste salarial dos deputados... Além de tumultuar a própria pauta de votação da Câmara dos Deputados Federal.

Com toda a atenção popular voltada para os canais de televisão da Câmara e do Senado Federal (Big Brother legislativo), na qual transforma as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPLIs) em um grande show de exibicionismo, falta de educação, de decoro parlamentar, em que podemos constatar a



completa falta de representatividade e consonância com a opinião pública.

O legislativo, não pode se autogerir, os parlamentares exercem uma concessão de poder, dada pelo povo para reapresentá-lo no parlamento. É imoral o abuso de suas funções que estes exercem: aumentar o próprio salário, barganhar voto por cargos, fazer alterações constitucionais sem a mínima consulta popular, e em iminente cassação de mandato, renunciar-se e voltar na legislatura seguinte, sem ao menos ser julgado ou investigado.

A saída para isso é a educação política e cidadã. Reorientar nosso povo para que não basta apenas votar no Presidente é preciso eleger um parlamento que possa dar tranquilidade para que o Governo de fato coloque na prática a agenda de mudanças que a Brasil tanto necessita.

"O poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente"
(*Jorde Acton*)

Toda forma de poder, onde não existem sistemas de fiscalização, seja ele de ordem policial ou político, é o princípio fundamental do abuso de funções (corrupção!). Mecanismos de controle que passem pela participação direta e efetiva da população nas decisões das casas legislativas devem ser impreterivelmente ampliadas.

O Referendum Popular sobre as armas é um bom exemplo, mas não podemos admitir um plebiscito a cada década. Os projetos de leis de "iniciativa popular", não podem mais passar por tantas burocracias.

Não podemos acreditar que o próprio Congresso possa se auto-reformar, várias são as provas de que este Congresso não tem capacidade moral para isso. Neste sentido é necessário que de forma imediata se busque novas ferramentas de controle e participação.

O projeto de Reforma Política

"..Ideologia, eu quero uma para viver ..."
(*Cazuza*)

Em nome da democracia, que se faça democrático! No sentido literal "O Povo no Poder".

O fato é que a crise das instituições a qual o Brasil enfrenta, é atribuída por insuficiências da lei eleitoral, que não resolve os problemas dos partidos de aluguel e a relação do financiamento de campanha, que desequilibra o jogo democrático.

A sociedade cada vez mais urge de reforma política, mas para propor soluções é preciso entender as raízes do nosso problema, de forma que as organizações políticas de outros países não nos servem de exemplo perfeito.

O Brasil tem uma história que rompe a lógica mundial, um país que teve uma colonização de terra-arraçada e se supera, assim como somos o único país do continente americano que não apenas foi uma monarquia, mas figurou como sede de Portugal, somente no Brasil é possível situações como; após passar mais de 30 anos em uma ditadura extremamente repressora, logo após aos primeiros meses de democracia quando consegue eleger seu primeiro presidente após a ditadura, vai às ruas, derruba o presidente eleito e não rediscute em nada o sistema democrático.

Outro exemplo fantástico e que demonstra a nossa completa independência e originalidade nas questões políticas, temos o sistema eleitoral mais simples, rápido e eficiente do mundo, nem de longe é possível ser comparado com o norte-americano com as suas eleições feito em "papel-cartão", que repassa por várias recontagens com resultados distintos e questionáveis, e que permite mandar o voto por correio em carta aberta.

Com toda certeza, nosso debate não pode ser feito com nenhum país com tradição monárquica como a Inglesa, bipartidarista como os EUA ou outras nações de completa distinção histórica.

O povo brasileiro é suficientemente inteligente e capaz de definir as suas novas regras, de forma que esse debate não pode ser feito apenas por corredores estranhos de Brasília, deve ser feito com toda a população e referendado pela nação através do voto direto.

"...Todos iguais, mas uns mais iguais que outros..."
(*Engenheiros do Havai*)

Nas eleições de 2004, se utilizamos os valores oficiais das campanhas declarados aos Tribunais Eleitorais o gasto feito por cada candidato a vereador seria de R\$ 1mil. O que na verdade reforça a tese de que muitas campanhas eleitorais têm sido feitas com caixa dois, mesmo sendo possível doações empresariais à campanha, muito "dinheiro sujo", que não pode ser declarado, tem financiado as campanhas políticas.

Apesar de todo o esforço feito pelo tribunal eleitoral, é praticamente impossível fiscalizar mais de 300 mil campanhas, isso demonstra a imediata necessidade de uma nova legislação eleitoral.



Uma das alternativas para combater este mal é a construção de eleições por "lista fechada"; ao invés de escolhermos nominalmente os nossos candidatos, passaríamos a escolher o partido. Sendo que cada partido, por suas convenções internas definiria a listagem dos candidatos e a sua respectiva ordem.

Ao invés dos tribunais eleitorais fiscalizarem milhares de campanhas, bastaria acompanhar no máximo 27 campanhas por região. Sem contar que a lista fechada favorece o fortalecimento dos partidos, funcionando como inibidor do movimento de troca-troca de partido pós-eleição.

Outra questão que torna o nosso sistema permissivo, é a possibilidade de utilizar "legendas de aluguel". Como existe um limite de candidatos por partido, e esse limite em tese torna impossível obter maioria nas câmaras, alguns candidatos ao executivo se utilizam de "siglas pequenas" para formar maioria. Tal tática sórdida foi utilizada por Fernando Collor, com o seu partido inventado, PRN.

No entanto esse problema tem sido atacado, como se a raiz da questão fosse o "excesso de partido" (ao todo são 27 legendas). Para tal, foi aprovada a "Lei de Cláusula de Barreira", de modo que nas eleições de 2006, os partidos que não conseguirem 5% dos votos na média nacional, e 2% em cada 9 estados, a legenda deixará de ter representação no Congresso Nacional (os deputados federais e

senadores atuariam de forma independente não podendo se identificar com os respectivos partidos pelo qual forem eleitos, por estes estarem impedidos de funcionarem no Parlamento), perderá o direito do horário gratuito de televisão e acesso ao fundo partidário.

Com isso, outras distorções são criadas; como o jogo passa a ser "5% de voto", os partidos descompromissados, têm muito mais chances de passar pela cláusula, colocando em suas legendas todo e qualquer tipo de candidato que tenha voto e dinheiro. Aprofundando ainda mais a substituição política.

Não apenas o número de votos de um pleito deve ser considerado quesito para o estabelecimento de representação nacional. Questões como o número de filiados, e o tempo médio de suas filiações, a sua participação de administrações em estados e municípios, programa e projeto político claros e norteados pela defesa intransigente do Estado Democrático.

Entendemos que este é o momento de mudança, que é na crise que a criatividade brasileira demonstra o seu diferencial. Mas, para isso é necessário ampliar o debate para além dos corredores de Brasília, assim como a sua aprovação moralmente não deva ser feita a crivo do que discordamos, a reforma política é uma questão de extrema importância nacional, muito mais importante que a questão das "armas", e por isso e muito mais merece ser feita com a totalidade da nação.





Partido Socialista Brasileiro

SCLN 304 Bloco A Entrada 63 Sobreloja

Telefax: (61) 3327 6405 - 3328 1598 - 3326 0722 - 3327 5196

e-mail: psb@psbnacional.org.br / Site: www.psnacional.org.br

www.jsb.org.br / contato@jsb.org.br